

## As eleições presidenciais brasileiras em Rondônia (2018 e 2022): o domínio da direita no centro do bolsonarismo<sup>1</sup>

João Paulo S. L. Viana<sup>2</sup>  
Márcio Carlomagno<sup>3</sup>

### Resumo

O texto analisa as eleições presidenciais de 2018 e 2022 em Rondônia, o único estado em que Bolsonaro saiu vitorioso em todos os municípios, em cada turno de ambas as eleições. Após uma contextualização sobre o caso nacional e o subsistema partidário rondoniense, o estudo apresenta um mapeamento da votação de Bolsonaro no estado, com dados por seção eleitoral nos 52 municípios rondonienses. Em 40% das cidades, Bolsonaro venceu em, literalmente, todas as seções eleitorais, nos quatro turnos em disputa. Em apenas 20 municípios ocorreu derrota em alguma seção eleitoral nos quatro turnos. E em apenas 2 municípios (Costa Marques e Parecis) há derrotas nos quatro turnos registrando acima de 10% das urnas do município. A pior derrota de Bolsonaro não chega a 30% das urnas, registrada no 1º turno de 2018. Os dados também mostram um avanço temporal do bolsonarismo, com desempenho melhor em 2022 do que em 2018. A pesquisa contribui para compreensão do avanço de uma direita radicalizada no estado e fornece subsídios empíricos a uma agenda de pesquisa na área da ciência política no plano subnacional.

**Palavras-chave:** Rondônia; bolsonarismo; eleições; política subnacional; seção eleitoral.

### The Brazilian presidential elections of 2018 and 2022 in Rondônia: the right-wing dominance in the heart of Bolsonarism

### Abstract

The text analyzes the presidential elections of 2018 and 2022 in Rondônia. This was the only state where Bolsonaro emerged victorious in all municipalities, in each round of both elections. After a contextualization of the Brazilian politics and the Rondonian party subsystem, the study presents a mapping of Bolsonaro's votes in the state, with data by electoral precinct in the 52 municipalities of Rondonia. In 40% of the cities, Bolsonaro won in literally every electoral section, in all four rounds contested. In only 20 municipalities did defeat occur in some electoral section in the four rounds. And in only 2 municipalities (Costa Marques and Parecis) are there defeats in all four rounds registering above 10% of the municipality's ballot precincts. Bolsonaro's worst defeat does not reach 30% of the electoral precinct, recorded in the 1st round of 2018. The data also show a temporal advancement of Bolsonarism, with better performance in 2022 than in 2018. The research contributes to understanding the advancement of a radicalized right in the state and provides empirical subsidies to a research agenda in the field of political science at the subnational level.

**Keywords:** Rondônia; Bolsonarism; elections; subnational politics; electoral precinct.

### 1. Introdução

O caso do subsistema partidário rondoniense apresenta-se como um dos mais provocadores da polí-

1 Nossos sinceros agradecimentos aos cientistas políticos Barry Ames, Fabiano Santos e Scott Morgenstern, pelos constantes diálogos sobre o caso rondoniense que motivaram diretamente a produção deste estudo. Agradecemos também aos pesquisadores do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal, equipe LEGAL-RO, Gabriel Ximenes Souza, Jamila Martini, Melissa Curi, Patrícia Vasconcellos e Roberta Mendonça De Carvalho, especialmente, pelo apoio com os dados dos boletins sobre a competição eleitoral no estado. No momento final, a análise se beneficiou dos valiosos comentários do ex-chefe da casa civil do governo de Rondônia, Juscelino Amaral, e do dirigente partidário do Podem-RO, Thiago Cantanhede, fundamentais à compreensão das peculiaridades locais. Por último, e não menos importante, nossos agradecimentos aos três pareceristas anônimos pelas relevantes sugestões apresentadas. Contudo, eventuais equívocos são de nossa inteira responsabilidade.

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

3 Pesquisador associado do IESP-UERJ; pesquisador do LEGAL e da FAPERJ (Iniciativa Amazônia + 10).

4 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Bacharelado em Administração Pública na mesma instituição.

tica brasileira na atualidade. A partir das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL), observou-se que Rondônia foi a única unidade federada em que Bolsonaro (PL) sagrou-se vitorioso na totalidade dos municípios em cada um dos quatro turnos das eleições presidenciais de 2018 e 2022 (VIANA, VASCONCELLOS, CURI & MARTINI, 2022d). De fato, desde a segunda metade da década passada, paralelamente ao incipiente processo de radicalização à direita em curso a nível nacional, o jovem estado de Rondônia vem se consolidando como o centro do bolsonarismo no Brasil.

Situado na Amazônia ocidental brasileira, Rondônia faz divisa com os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e também com a Bolívia. Conforme o censo de 2022, o estado possui cerca de 1.600.000 habitantes, com aproximadamente 1.200.000 eleitores, o que representa menos de 1% do eleitorado nacional. Rondônia detém atualmente o 3º maior PIB da Região Norte, atrás somente do Pará e do Amazonas, constituindo-se como um dos maiores produtores brasileiros de arroz, cacau, café, mandioca, soja e minérios. A pecuária também é uma atividade econômica importante para a economia do estado que possui um dos maiores rebanhos bovinos do país.

A formação de Rondônia ocorreu sob forte influência do autoritarismo, em momentos importantes de sua organização política. Inicialmente, em 1943, durante o Estado Novo varguista, na ocasião da fundação do Território Federal do Guaporé. Posteriormente, na fundação do estado, em 1982, no que pode ser considerado, um momento de desagregação do regime militar (CODATO, 2005). De fato, há um conjunto de características que poderíamos denominar como uma “combinação explosiva” que, em boa medida, contribui para explicar as raízes conservadoras do estado (VIANA, VASCONCELLOS, CURI & MARTINI, 2022a). Área de fronteira, influência militar e autoritária, agronegócio ativo na economia, além de um dos maiores eleitorados evangélicos do país. Certamente, esses traços constitutivos moldaram o conservadorismo rondoniense que, mais recentemente, tem evidenciado um processo de radicalização sem precedentes na trajetória do jovem estado.

Neste estudo, abordaremos, fundamentalmente, as eleições presidenciais de 2018 e 2022 no subsistema partidário rondoniense. Como assinalado anteriormente, Rondônia foi a única unidade da federação em que Bolsonaro saiu vitorioso em todos os municípios em cada turno de ambas as eleições. O crescimento exponencial do bolsonarismo no estado

também pode ser observado em todos os níveis de competição eleitoral, acarretando, praticamente, em uma inexistência de oposição parlamentar em nível estadual. Não obstante, ao analisar os dados da votação presidencial no estado durante as duas eleições, verificou-se algumas questões bastante interessantes.

Ainda que Jair Bolsonaro tenha vencido na totalidade dos municípios nos quatro turnos em disputa, e em 40% das cidades o bolsonarismo não tenha perdido sequer em nenhuma seção eleitoral, há também localidades que, por características específicas, apresentaram um quadro de maior resistência à direita bolsonarista. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é apresentar um mapeamento da votação de Jair Bolsonaro em Rondônia nas eleições de 2018 e 2022, no intuito de compreender melhor o avanço de uma direita radicalizada no estado e fornecer subsídios empíricos a uma agenda de pesquisa na área da ciência política no plano subnacional, particularmente, sobre a Amazônia rondoniense, centro do bolsonarismo no Brasil nos dias atuais.

Assim, o presente artigo está dividido em cinco seções, a contar com esta introdução e a conclusão. Na segunda seção, traçamos um breve histórico da guinada à direita na política brasileira. Na seção seguinte, abordamos as eleições rondonienses do período em questão, inclusive, iniciando com o pleito à prefeitura de Porto Velho em 2016, considerado aqui como um retrato fiel do que ocorreu em importantes capitais e que também exerceria forte influência sobre a radicalização conservadora em curso no estado a partir de 2018, que chega ao ápice em 2022. Posteriormente, analisamos os dados da votação para presidente por seção eleitoral nos 52 municípios rondonienses. Nas considerações finais, apresentamos alguns achados relevantes que poderão contribuir para análises futuras acerca da nova direita em Rondônia e no Brasil.

## 2. Breves considerações sobre a guinada à direita no sistema político brasileiro

Após o conturbado e instável período que se sucede à promulgação da Carta Magna de 1988, mais especificamente a partir de 1994, o sistema político brasileiro, também denominado “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988), vivenciaria um período de significativa estabilização e relativa institucionalização. Naquele ano, o início da realização das eleições gerais, também denominadas de “eleições casadas”, marcou o limiar de uma estabilidade que seria um traço distinto do nosso sistema político até o pleito de 2014. Os *golden age* da política brasileira durante a Nova República foram caracteriza-

dos, sobretudo, pela existência de uma polarização partidária entre PT e PSDB que, a partir de seus grupos ideológicos, de centro-esquerda e centro-direita, respectivamente, guiaram as disputas eleitorais no país durante duas décadas.

Não obstante, a partir do segundo governo de Dilma Rousseff (PT) uma aguda crise política se iniciaria no país. Embora a emergência de setores conservadores radicalizados e a insatisfação com os rumos do seu governo tenham raízes ainda nas jornadas de junho de 2013 (COUTO, 2023), durante a primeira gestão da petista, é no decorrer do ano de 2015 que a conjuntura de instabilidade política se instalaria de vez. No início do segundo mandato de Dilma Rousseff, a recusa do PSDB e o restante da oposição em acatar o resultado eleitoral, estimulada pelo aprofundamento da crise econômica, as denúncias acerca do financiamento de campanhas privadas, um grande escândalo de corrupção na Petrobrás e os elevados índices de reprovação popular do governo, acarretaram um impeachment presidencial, liderado pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), sob o qual ainda pairam dúvidas acerca de sua legalidade (VIANA, CARLOMAGNO & CARVALHO, 2017).

A partir daí, no decorrer do governo de Michel Temer (PMDB), paralelamente a um processo de recrudescimento da crise econômica, acirramento da Operação Lava Jato, incessantes manifestações de rua e a emergência de uma nova direita, as eleições municipais de 2016 se caracterizariam como uma disputa *sui generis* e anteveriam o quadro das eleições gerais de 2018. Assim, 2016 representou o início de um “ciclo de eleições críticas” (LAVAREDA & FERNANDES, 2020; SCHAEFER, 2022), marcado pela vitória de *outsiders* que preferiam “ser prefeitos a serem políticos” (TELLES, MUNDIM & BAPTISTA, 2020; SCHAEFER, 2022), os gestores que levariam da iniciativa privada novas formas de governar a máquina pública (SCHAEFER, 2022), sob profunda influência de uma “nova política”, com forte negação ao funcionamento do sistema político, aliado a um antipetismo e um emergente conservadorismo muito próximo a um reacionarismo (COUTO, 2023).

Ao abordarem as eleições de 2016 e 2018 como, em larga medida, ligadas por uma relação de simbiose, Lavareda e Fernandes (2020) apontam que o processo de desestruturação do sistema se aprofundaria e ganharia volume no intervalo entre as duas disputas, exibindo todo seu potencial transformador, especificamente, no pleito de sucessão presidencial. Inclusive, a dinâmica entre as duas eleições seria

diferente da forma como normalmente constatava-se no que diz respeito às eleições intermediárias (locais), na metade do mandato presidencial que, ao passo que ecoavam tendências estabelecidas na eleição geral anterior, costumavam a antecipar certas características para a disputa nacional seguinte. No tocante a 2016 e 2018, conforme os autores, a questão vai além disso. Daí que, situadas “em um mesmo ciclo, elas são em grande medida simbióticas” (LAVAREDA & FERNANDES, 2020, p. 11).

Em meio a essa conjuntura, enquanto a crise de cunho político e econômico se enraizava, ao afiançar o impopular governo de Michel Temer (PMDB) e após sérias denúncias do Ministério Público contra Aécio Neves, uma das principais lideranças tucanas, o PSDB viu seu apoio despencar na sociedade (LAVAREDA & FERNANDES, 2020). Enquanto isso, a Lava-Jato seguia seu curso com o intuito de “passar o Brasil a limpo”, mesmo que isso representasse a união entre acusador e julgador (WALDMANN JR., VIANA, CARVALHO JR., 2023). Desse modo, a prisão do ex-presidente Lula pelo então juiz Sérgio Moro foi um elemento crucial para os rumos da disputa presidencial de 2018. Diante da substituição da polarização partidária que marcou a era PT e PSDB, por uma polarização afetiva entre o PT e a direita bolsonarista, a conjuntura radicalizava-se a passos largos.

Ao todo, treze candidatos disputaram a eleição. O resultado do primeiro turno sinalizava a força crescente do bolsonarismo e a dificuldade do PT em virar o jogo, com Bolsonaro (PSL) alcançando 46,03% e abrindo larga vantagem sobre Haddad (PT), com 29,28%. Seguido por Ciro Gomes (PDT), com 12,47%, e Geraldo Alckmin (PSDB), com 4,76%. Logo atrás ficaram João Amoedo (NOVO), com 2,50%, Cabo Daciolo, obtendo 1,26% dos votos, Henrique Meireles (MDB), com 1,20%, e Marina Silva (REDE), com apenas 1% dos votos. O restante dos candidatos alcançou menos de 1% dos escrutínios. Com o resultado já esperado, após ampla vantagem construída, Bolsonaro (PSL) foi eleito em segundo turno com 55,13% dos votos, contra 44,87% de Haddad (PT).

Nicolau (2020) assinalou que a vitória de Bolsonaro representou o feito mais impressionante da história das eleições no Brasil. Um candidato eleito por um partido nânico, com um gasto eleitoral no primeiro turno maior do que alguns deputados federais eleitos, com o menor tempo de horário eleitoral que um candidato competitivo à presidência já teve, recusando o que os manuais de campanha ao cargo aconselham: moderação para tentar convencer o

eleitor de centro. “Bolsonaro foi vitorioso na maioria das grandes cidades do Brasil e conquistou o apoio dos homens e dos evangélicos como nenhum candidato antes dele” (NICOLAU, 2020, p. 09).

Em análise realizada com base nos resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), Amaral (2020) elencou alguns dos principais fatores para o sucesso bolsonarista na eleição presidencial de 2018. Um forte sentimento antipetista na sociedade brasileira, aliado a um crescente posicionamento à direita do eleitorado, além do impacto demasiado da identificação política na escolha do eleitor. Diante também de um cenário de considerável influência religiosa, principalmente, pentecostal, o candidato que melhor conseguiu reunir posições conservadoras contra o petismo sagrou-se vitorioso (AMARAL, 2020).

No tocante à questão religiosa e a eleição presidencial de 2018, conforme Bissiati (2022), Bolsonaro explorou uma pertença religiosa que dividia, a partir do uso da expressão “nós”, os cristãos, em especial os evangélicos, que no plano moral vivem e cultuam valores conservadores, e com o emprego do “eles”, se referia ao grupo opositor, denominado pelo bolsonarismo como “esquerdistas” ou “comunistas”, e que representariam uma ameaça aos valores cristãos caso fossem eleitos. Ao reunir importantes lideranças evangélicas em torno de sua candidatura, como, por exemplo, Edir Macedo, Silas Malafaia, Valdomiro Santiago, entre outros, Bolsonaro conseguiu o apoio majoritário e decisivo do segmento evangélico, que de 2002 a 2014 apoiou o PT nas disputas presidenciais<sup>4</sup>, mas em 2018 seria fundamental ao êxito eleitoral da direita bolsonarista (BISSIATI, 2022).

Ao analisar o processo político que emerge das urnas em 2018, Abranches (2020) apontou para uma transformação do padrão político brasileiro, a partir de uma eleição “disruptiva”. Nesse sentido, as eleições gerais que levaram Bolsonaro ao poder teriam rompido o eixo político-partidário que organizou o sistema político entre governo e oposição desde 1994 e no qual se assentava a disputa presidencial entre o PT e o PSDB. Assim, “A eleição de um candidato da extrema-direita, com uma pauta ultraconservadora de valores e, em alguns casos, reacionária revelou as profundas fissuras na legitimidade dos partidos tradicionais” (Abranches, 2020, p. 69).

Embora compreendendo o conceito de eleição disruptiva, a partir da ideia de que a vitória de Jair Bolsonaro à presidência teria demonstrado que os mecanismos tradicionais de campanha no rádio e

na TV, o uso da máquina pública e o financiamento político, não seriam mais elementos decisivos, Nunes e Traumann (2023), em linha oposta, analisaram as eleições de 2018 como um “acontecimento fora da curva”. Em outras palavras, nesse sentido, segundo ambos, não se trataria de um processo disruptivo, sobretudo, porque não significou um evento capaz de interromper definitivamente uma tendência observada na história.

De uma forma ou de outra, as eleições gerais de 2018 representaram a ascensão de uma direita radicalizada ao poder no Brasil, que mesmo fora da presidência quatro anos depois, como veremos a seguir, se consolidou como um ator importante no sistema político brasileiro. O que se observou a partir daí, foi a substituição de um antigo padrão de competição política e a emergência de um novo tipo de polarização, agora radicalizada, de cunho afetivo, diante de um processo de calcificação de identidades políticas, em torno do petismo e do antipetismo que, ao que tudo indica, afetarão diretamente a sociedade brasileira e os governos nos próximos anos (NUNES & TRAUMANN, 2023).

Num cenário marcado pela pandemia da Covid-19, as eleições municipais de 2020 se demonstraram bastante impactantes para a presidência de Bolsonaro, denotando mudanças consideráveis em relação aos pleitos de 2016 e 2018, fortemente caracterizados pelos discursos antissistema e da “nova política” (WALDMANN, JR., VIANA & CARVALHO JR., 2023). Decerto, o aprofundamento da crise sanitária e seus impactos sobre a realidade econômica e social do país acarretaram um profundo desgaste ao governo que tentaria à reeleição em 2022.

Frente a uma conjuntura de instabilidade política, tensões sociais e graves ameaças democráticas, inclusive, sob a liderança de setores militares com forte presença no governo (WALDMANN, JR., VIANA & CARVALHO JR., 2023), a sociedade brasileira vivenciava o acirramento de uma polarização afetiva e violenta entre o petismo e a extrema direita, num contexto de esgotamento da Operação Lava-Jato, com o protagonismo do Supremo Tribunal Federal em defesa da institucionalidade democrática. Após a libertação de Lula e a confirmação de sua candidatura pela Justiça, o clima político no país se radicalizou ainda mais.

Diante de um país profundamente dividido, as eleições gerais de 2022 foram marcadas por inúmeros ataques à transparência do processo eleitoral, proferidos por Bolsonaro, que concordava agora pelo

<sup>4</sup> Na eleição presidencial de 2014, há uma maior divisão entre os evangélicos. O pastor Silas Malafaia, por exemplo, declarou apoio ao tucano Aécio Neves. Porém, o PT ainda contava com grande adesão do segmento religioso. Não obstante, o quadro mudaria completamente durante a conjuntura do impeachment de Dilma Rousseff (PT), tornando-se completamente desfavorável ao petismo na eleição de 2018.

PL, e parte dos seus apoiadores. Embora onze candidaturas tenham disputado o pleito, os dois principais candidatos, Lula (PT), com 48,43%, e Jair Bolsonaro (PL), com 43,20%, totalizaram juntos quase 92% dos votos. Na terceira posição ficou a senadora Simone Tebet (MDB), alcançando 4,16%, seguida por Ciro Gomes (PDT), que obteve apenas 3,04% de votos. Os demais candidatos alcançaram menos de 1% cada. Num segundo turno acirrado, as alianças firmadas pelo PT, com Simone Tebet (MDB) e o PDT, foram fundamentais à vitória de Lula, com 50,9% dos votos, contra 49,1% de Bolsonaro (PL), na disputa à presidência mais concorrida desde a redemocratização.

O retorno da dinâmica das eleições presidenciais influenciadas pela questão econômica (ALMEIDA & GARRIDO, 2022) foi um elemento central na eleição brasileira de 2022. Não obstante, Guarnieri e Figueiredo (2022) alertaram para o caráter bidimensional do “novo” espaço político brasileiro, condicionando o resultado da eleição ao posicionamento dos candidatos, para além da dimensão econômica, também em temas relacionados à questão racial, identidade de gênero, “lei e ordem”, entre outros. Em suma, a dimensão sociocultural passou a ter o mesmo peso da dimensão econômica, que havia guiado a competição nas disputas presidenciais no decorrer dos anos 1990 e 2000” (GUARNIERI & FIGUEIREDO, 2022).

Nesse sentido, analisam Guarnieri e Figueiredo (2022, p. 21):

Os ataques Bolsonaristas fizeram com que Lula também se posicionasse na dimensão sociocultural, reafirmando sua fé cristã e sua posição pessoal contrária ao aborto. A saliência desta dimensão se torna explícita quando o petista escreve uma carta aos evangélicos. Nela ele desmente que fecharia igrejas e se compromete com os “valores da família”. Se no começo da campanha nossa hipótese de que havia duas dimensões na política parecia não corresponder aos fatos, com o passar do tempo ficou cada vez mais claro que, com Bolsonaro, o espaço político brasileiro se tornou bidimensional. Desta vez, no entanto, os eleitores de centro-direita, assustados com o radicalismo e as posições antidemocráticas do presidente, decidiram apoiar Lula. Foi esse apoio que, no final, deu a apertada vitória a Lula.

Apesar da vitória do campo progressista com o sucesso de Lula no acirrado segundo turno presidencial, a composição do novo Congresso Nacional, que saiu das urnas em 2 de outubro, se apresentou completamente desfavorável ao governo eleito. Embora o impacto das novas regras eleitorais tenha contribuído para uma sensível diminuição no número de partidos efetivos no parlamento (NEP), que caiu

de 17 para quase 10 na Câmara dos Deputados, a mediana de centro-direita no Congresso foi mantida pelo eleitorado, com um notório esvaziamento do centro (SANTOS & REY, 2023; GUARNIERI & FIGUEIREDO, 2022). Assim, no tocante à relação Executivo-Legislativo, o governo precisará de muita habilidade na formação da coalizão e na busca pela aprovação da agenda governamental.

Cumpre ressaltar também que a eleição, pelo menos para o bolsonarismo, não se encerrou em 30 de outubro de 2022. Os episódios que se sucederam durante os meses seguintes evidenciavam o grau de polarização afetiva e a calcificação política (NUNES & TRAUMANN, 2023), vivenciadas pela sociedade brasileira na atualidade. Dos acampamentos nos quartéis e o fechamento de rodovias, à recusa em aceitar o resultado das urnas, ao episódio do dia 08 de janeiro de 2023, e o que veio à tona posteriormente, tudo isso nos fornece um retrato da radicalização política pela qual passa o país. E no estado de Rondônia, em larga medida um símbolo da nova direita no Brasil, o bolsonarismo encontrou um terreno fértil à sua consolidação e expansão, como mostraremos adiante.

### 3. A radicalização à direita no subsistema partidário rondoniense e o que veio depois...

O conceito de “símbiose” para definir a relação entre as eleições de 2016 e 2018 (LAVAREDA & FERNANDES, 2020) se aplica diretamente ao caso rondoniense. Embora este estudo aborde especificamente as eleições presidenciais de 2018 e 2022 em Rondônia, tendo em vista a conjuntura à época e os impactos do pleito local de 2016 na eleição geral subsequente, analisaremos, ainda que panoramicamente, a disputa daquele ano à prefeitura de Porto Velho. Decerto, é na eleição municipal de 2016 na capital rondoniense que encontraremos alguns elementos importantes para compreender de forma mais aprofundada questões como a emergência do antipetismo no estado e o crescimento de uma (nova) direita que pouco tempo depois se tornaria dominante na política estadual.

#### 3.1. Alguns apontamentos sobre a eleição municipal de 2016 em Porto Velho

Assim como ocorrido em grandes capitais do país, a exemplo de São Paulo e Belo Horizonte, no pleito municipal de 2016, em Porto Velho a eleição local foi marcada pela vitória de um então ilustre desconhecido da vida político-partidária, um *outsider* das urnas, o tucano Hildon Chaves, à época, ainda conhecido como Dr. Hildon, ex-promotor de Jus-

tiça e empresário bem-sucedido do ramo do ensino superior. Em sua primeira disputa eleitoral, Hildon Chaves (PSDB), que largou com 3% de intenções de votos na primeira pesquisa IBOPE, chegou ao final do primeiro turno na liderança, rumo à vitória com 65% dos votos no segundo turno.

No auge da Operação Lava-Jato, durante o primeiro turno da eleição de 2016, o “homem da lei”, que conhecia “um bandido em dois minutos de conversa”, e que se sentia “constrangido” por estar num debate ao lado de um petista<sup>5</sup>, foi a grande surpresa eleitoral daquele ano. Numa espécie de junção de alguns dos principais protagonistas nacionais do momento, Hildon Chaves aparecia, quando retratado como o empresário bem-sucedido, ora como o “João Dória de Rondônia” (REVISTA VEJA, 2016), ora como o “Sérgio Moro rondoniense”, quando se evocava o seu passado como promotor de Justiça durante mais de duas décadas. De fato, o quadro eleitoral de Porto Velho naquela eleição expressava um retrato do que ocorria em alguns dos principais centros do país.

Nesse contexto, encerrou-se na capital rondoniense um período de doze anos de governos de partidos de centro-esquerda. Inicialmente, com o petista Roberto Sobrinho (2005-2012), que administrou a cidade por dois mandatos durante o auge dos primeiros governos Lula, sendo reeleito em 2008 em primeiro turno com quase 60% dos votos. Não obstante, afastado da prefeitura pela Justiça no final do segundo mandato, Sobrinho teve um final de gestão melancólico. Posteriormente, o mandato do ex-deputado federal Mauro Nazif (2013-2016), importante liderança do PSB no estado, eleito em 2012, porém, derrotado em sua tentativa à reeleição, sequer chegou ao segundo turno da disputa em 2016.

Desse modo, a eleição de 2016 em Porto Velho foi marcada por um forte sentimento antipetista e de combate à corrupção. O discurso anticorrupção, do ex-promotor de Justiça e competente homem de negócios, o gestor que modernizaria a administração pública, foi utilizado também por Hildon Chaves (PSDB), que chegava “ao segundo turno usando a fórmula vitoriosa (do seu correligionário Dória) em São Paulo: uniu a poupança milionária com o discurso antipolítico para cacifar campanha” (REVISTA VEJA, 2016). Assim, o candidato *outsider* tucano derrotou nas urnas o então deputado estadual, Léo Moraes (PTB), chegando à prefeitura de Porto Velho.

Cumpre mencionar que, naquele mesmo ano, Lavareda e Telles (2016) apontaram que o PT seria removido eleitoralmente dos centros mais importantes do país. Conforme ambos, o partido reduziria exponencialmente seu número de prefeituras, especialmente, nas capitais e nos grandes centros, num movimento muito parecido com aquele que minou o PMDB nas eleições de 1988. A percepção de estelionato eleitoral após a disputa de 2014, os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato e a aguda crise econômica durante a presidência de Dilma seriam os principais fatores para o pífio resultado da legenda petista em 2016 (LAVAREDA & TELLES, 2016). O prognóstico se confirmou nas urnas, com o PT obtendo uma redução de 60% no número de prefeituras nos municípios brasileiros em comparação à disputa de 2012 (LAVAREDA & FERNANDES, 2020).

Em linha análoga, foi exatamente isso que ocorreu com o PT em Porto Velho naquele pleito, desempenho que se perpetua até os dias atuais, com o definhamento do partido em Rondônia após algumas eleições subsequentes. Em paralelo ao crescimento do antipetismo na capital e no interior do estado, a emergência de uma direita radicalizada, de forte cunho evangélico, marcou a política rondoniense, especialmente, após a eleição de 2018, como veremos a seguir.

### **3. 2. As eleições de 2018 e 2022 no subsistema partidário rondoniense e o que veio depois...**

Embora desde o início de sua fundação, nas eleições de 1982, o sistema partidário subnacional rondoniense tenha se caracterizado pelo predomínio de partidos conservadores (VIANA, 2019; VIANA & SANDES-FREITAS, 2022), de fato, a partir da eleição de 2018, evidenciou-se um processo de radicalização à direita que seguia uma dinâmica em curso nacionalmente, porém com alguns contornos específicos. Ainda que essa guinada radical tenha se iniciado timidamente nas eleições de 2014, quando se observa uma proliferação de pequenos partidos à direita do espectro político e a emergência de um forte sentimento antipetista, foi durante a disputa eleitoral de 2018 que o quadro político mudaria substancialmente no estado.

Assim como ocorrido na eleição de 2016 à prefeitura de Porto Velho, o discurso antipolítica, anticorrupção, além do antipetismo, que já se encontrava disseminado no estado, foram alguns dos prin-

<sup>5</sup> No final do primeiro turno da campanha, durante o debate da SIC TV, afiliada local da Record, Hildon Chaves (PSDB) partiu para o ataque contra alguns adversários, protagonizando embates diretos com os candidatos Willianes Pimentel (PMDB) e Roberto Sobrinho (PT). De fato, a postura em ambos os episódios acarretou uma reviravolta na campanha do Dr. Hildon, principalmente, após a disseminação das imagens nas redes sociais, com o crescimento exponencial do tucano na última semana do primeiro turno.

cipais temas da campanha de 2018 em Rondônia. A pauta dos costumes e a questão religiosa também exerceram forte influência. Em meio a essa conjuntura, na esteira do pleito municipal anterior, mais um *outsider* da política sairia vitorioso, agora, em nível estadual. Concorrendo pela primeira vez a um cargo eletivo, o Coronel da Polícia Militar, Marcos Rocha<sup>6</sup>, à época, recém-filiado ao PSL, surgia como o nome de Jair Bolsonaro (PSL) na corrida eleitoral ao governo. Intitulando-se de direita e líder de um movimento anticorrupção no estado, o Cel. Marcos Rocha (PSL) iniciou a campanha com apenas 4% das intenções de votos.

Durante todo o primeiro turno, o ex-deputado federal e ex-senador, Expedito Júnior (PSDB) esteve à frente das pesquisas, seguido pelo deputado estadual e presidente da ALE-RO naquele momento, Maurão de Carvalho (MDB), que logo nas primeiras semanas de campanha ocupou a segunda colocação nas sondagens de intenções de votos, principalmente, após a condenação pela Justiça do então senador Acir Gurgacz (PDT) que, ainda no primeiro turno, foi considerado inelegível. Entre os demais candidatos, o Cel. Marcos Rocha (PSL), e o professor da Universidade Federal de Rondônia, Vinícius Miguel (REDE), completavam os cinco nomes mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais.

Cumpre mencionar a ausência da candidatura à reeleição de Daniel Pereira (PSB), que assumiu o governo estadual no período, após a descompatibilização de Confúcio Moura (MDB) para se candidatar ao Senado Federal. Decerto, a opção do governador Pereira e seu grupo de apoiar Acir Gurgacz (PDT), mesmo com todos os problemas jurídicos enfrentados pelo pedetista que sequer teve seus votos validados, foi decisiva para o fracasso do campo progressista. Importante ressaltar também a decisão do PT de não lançar candidatura própria, optando por indicar o vice na chapa de Pimenta de Rondônia (PSOL). É fato também que, de lá para cá, o processo de deterioração eleitoral da legenda petista em Rondônia aumentou ainda mais.

Vale frisar também os embates entre Vinícius Miguel (REDE) e Maurão de Carvalho (MDB) no decorrer do primeiro turno. Os ataques do candidato da REDE ao então presidente da ALE-RO contribuíram, em larga medida, para o declínio exponencial da campanha de Maurão. Enquanto isso, o Cel. Marcos Rocha (PSL), apoiado por Jair Bolsonaro, “surfava” na emergente onda bolsonarista e tinha o caminho aberto para o seu crescimento eleitoral. E foi isso, de fato, o que ocorreu. Ao final do primeiro turno,

Marcos Rocha superou Maurão de Carvalho e ficou com a segunda vaga, com quase 24% dos votos, 1% a mais que o emedebista Maurão. Vinícius Miguel terminou apenas em quarto lugar, porém com uma estupenda votação na capital, saindo das urnas como o mais votado em Porto Velho. Não obstante, Expedito Jr. (PSDB) chegava ao final do primeiro turno à frente, porém com a campanha abalada já que seu grupo chegou até mesmo a cogitar a possibilidade de uma vitória no primeiro *round*, principalmente, após a situação jurídica que afetou diretamente a campanha de Acir Gurgacz (PDT).

Embora conquistando 31,6% de votos e na liderança do primeiro turno, a elevada rejeição do tucano Expedito Jr., somada ao embalo da onda bolsonarista que tomou conta do estado e contagiou a campanha do ilustre desconhecido das urnas, Cel. Marcos Rocha (PSL), foram elementos decisivos para a vitória do bolsonarismo ao governo rondoniense em 2018. Assim, o candidato do PSL obteve 66,34% dos votos válidos, contra 33,66% de Expedito Jr. (PSDB). Ressalta-se que Expedito também chegou a anunciar publicamente apoio a Bolsonaro no segundo turno, o que acabou se mostrando eleitoralmente inócuo à conjuntura. A vitória de Marcos Rocha pôs fim a um ciclo de vinte anos de eleições ao governo vencidas por lideranças com base política no interior, especialmente no eixo da BR-364 (VIANA & SANDES-FREITAS, 2022).

Nesse contexto, Jair Bolsonaro (PSL) conquistou 62,24% dos votos no primeiro turno em Rondônia, com Fernando Haddad (PT) logrando 20,36% e Ciro Gomes com 6,03%. Posteriormente, Bolsonaro obteve o percentual de 72,18% no turno final, contra 27,82% de Haddad. Desse modo, Rondônia concedeu a Bolsonaro um dos maiores eleitorados do país, ao lado dos estados do Acre, Roraima e Santa Catarina. Contudo, o fato que mais impressiona é que Bolsonaro saiu vitorioso em todos os 52 municípios rondonienses, feito ocorrido apenas em Rondônia em ambos os turnos da disputa de 2018. Feito que se repetiria no pleito de 2022 no estado, como observaremos à frente.

Os demais níveis de disputa também apresentaram um cenário bastante favorável à direita, em particular, para uma direita religiosa e ligada diretamente ao agronegócio. Na eleição ao Senado, o deputado federal Marcos Rogério (DEM), que viria a ser um dos grandes nomes do bolsonarismo na câmara alta, conquistou a primeira vaga; enquanto a segunda posição ficou com o ex-governador Confúcio Moura (MDB), na atualidade, talvez, o princi-

<sup>6</sup> Embora já tivesse exercido os cargos de secretário municipal de Educação, durante a gestão de Mauro Nazif (PSB) em Porto Velho; e de secretário estadual de Justiça, durante o governo de Confúcio Moura (MDB), o Cel. Marcos Rocha nunca havia disputado uma eleição anteriormente.

pal quadro de uma direita moderada no estado. Mas, sem dúvidas, uma das maiores surpresas do pleito rondoniense de 2018 foi o milionário da soja, Jaime Bagattoli, à época filiado ao PSL, que com a terceira posição ao Senado por muito pouco não conquistou uma vaga, o que viria a ocorrer na disputa seguinte de 2022. Inclusive, a candidatura de Bagattoli em 2018 foi de fundamental importância para o sucesso ao governo de seu então correligionário, Marcos Rocha, garantindo apoio financeiro e logístico, principalmente, no corredor da BR-364.

Nas disputas proporcionais à Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, o quadro também foi de guinada conservadora, além de um aumento exponencial da fragmentação partidária. Na bancada rondoniense eleita para a Câmara dos Deputados, oito partidos (MDB, PSL, PP, PSD, PSDB, PSB, PDT, PODE) dividiam as oito cadeiras, com o NEP parlamentar de 8 legendas e o NEP eleitoral de 15,3. Na ALE-RO, o NEP parlamentar ficou em 13,7; enquanto o NEP eleitoral foi de quase 17 legendas (VIANA, VASCONCELLOS, CURI & MARTINI, 2022c).

Entre as eleições de 2018 e 2022, o cenário político em Rondônia se radicalizou substancialmente diante de um notório processo de esfacelamento do campo progressista no estado. Paralelamente ao antipetismo, a questão religiosa e a pauta dos costumes assumiram uma posição de maior destaque no debate público, inclusive, a ponto de o parlamento estadual realizar cerimônias religiosas semanalmente. O tema ambiental também é outro assunto que requer atenção especial. Na eleição de 2022, o meio ambiente aparecia na agenda dos principais candidatos como uma antipauta. Diante de uma direita cada vez mais forte politicamente, o cenário que se apresentou às urnas foi de completo domínio do bolsonarismo em todos os níveis da competição eleitoral.

Em meio a essa conjuntura, os nomes de maior peso eleitoral ao governo eram apoiadores diretos de Jair Bolsonaro (PL). Candidato à reeleição, o Cel. Marcos Rocha, após a fusão entre DEM e PSL, concordava filiado ao União Brasil. O senador Marcos Rogério, agora filiado ao PL, autodenominado “Pitbull de Bolsonaro”, se posicionava como o principal obstáculo à reeleição de Rocha, principalmente, após a saída do ex-governador Ivo Cassol (PP) da campanha, outro apoiador de Bolsonaro, que ainda enfrentava problemas com a Justiça. A disputa ao governo contou também com o deputado federal Léo Moraes (PODE), apresentando-se como uma direita moderada. Pela centro-esquerda, o ex-gover-

nador Daniel Pereira, tendo como vice o PT, era o nome capaz de aglutinar o campo progressista. E mais à esquerda, o candidato Pimenta de Rondônia (PSOL). Como podemos observar, mais uma vez, o PT rondoniense abria mão de lançar candidatura própria ao Executivo estadual.

Sob uma conjuntura de forte radicalização, tanto na capital, mas principalmente no interior, desde a saída do ex-governador Ivo Cassol (PP) da disputa, a campanha ficou concentrada entre os dois candidatos bolsonaristas. Embora Jair Bolsonaro (PL) tenha decidido por manter uma posição neutra no estado, o senador Marcos Rogério (PL) tentou impedir na Justiça que o governador Marcos Rocha (União) utilizasse o nome do então presidente em sua campanha à reeleição. Durante toda a corrida eleitoral, ambos reivindicavam para si a condição de candidato apoiado por Bolsonaro ao governo de Rondônia.

Ademais, uma das grandes novidades da disputa ao governo rondoniense de 2022 foi a aliança entre o União Brasil, do governador Marcos Rocha, com o PSDB, do prefeito Hildon Chaves, e seu grupo político, especialmente, a família Carvalho, com o vice-prefeito da capital, Maurício Carvalho (União) e sua irmã, a então deputada federal, Mariana Carvalho (Republicanos)<sup>7</sup>, ambos ex-tucanos, agora filiados a novos partidos, e candidatos à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, respectivamente. De fato, o apoio de Hildon Chaves e seus aliados a Marcos Rocha foi fundamental para o sucesso eleitoral da reeleição do governador.

Enquanto isso, o debate político centrava-se, especificamente, em torno do modelo econômico do agronegócio, da questão evangélica e da temática dos costumes. Se o discurso religioso exerceu forte influência em nível nacional (AMARAL, 2020; NICOLAU, 2020; BISSIATI, 2022), e também na eleição de rondoniense de 2018, o fato se repetiria no estado em 2022. As pautas evangélicas e dos costumes dominaram o discurso dos principais candidatos.

O resultado do primeiro turno ratificava a força do bolsonarismo no estado. O Cel. Marcos Rocha (União) alcançou 38,88 % dos votos e chega-va ao segundo turno na liderança. A segunda colocação ficou com Marcos Rogério (PL), com 37,05%. Léo Moraes (PODE) obteve a terceira posição, com 14,06%. No quarto lugar, o ex-governador Daniel Pereira (SD), candidato apoiado por Lula em Rondônia, alcançou 9,57% dos votos. Pimenta de Rondônia (PSOL) foi o último colocado, com apenas 0,43% dos votos. A votação de Pereira era um reflexo di-

<sup>7</sup> No início de abril de 2024, durante o período da janela partidária, a ex-deputada federal Mariana Carvalho trocou o Republicanos, partido no qual ocupava a presidência regional, pelo União Brasil, visando a disputa para a prefeitura de Porto Velho.

reto do declínio das esquerdas no estado, ao passo que a direita lograva sucesso com os dois candidatos apoiadores de Jair Bolsonaro conquistando as duas vagas ao segundo turno.

Numa eleição acirrada, a primeira pesquisa IPEC do segundo turno apontava ambos os candidatos com 45% das intenções de votos<sup>8</sup>. Não obstante, um elemento decisivo à vitória de Marcos Rocha foi o conjunto de alianças que se formou em torno do candidato do União Brasil nos momentos finais da campanha. A então deputada federal e candidata derrotada ao Senado, Jaqueline Cassol (PP), irmã do ex-governador Ivo Cassol, declarou adesão à reeleição de Rocha. E às vésperas da votação, foi a vez de Léo Moraes (PODE) anunciar publicamente seu apoio ao governador. Seguramente, as alianças firmadas entre Marcos Rocha (União) e essas lideranças foram definidoras do resultado da eleição com o governador se reelegendo ao alcançar 52,47% dos votos, contra 47,53% de Marcos Rogério (PL).

Como bem recordaram Rocha, Santana e Paravizo (2023), o sucesso no número de reeleições de governadores comprova a força dos mandatários estaduais frente aos desafiantes, sobretudo, pela quantidade de recursos das mais diversas ordens e também por consistirem numa espécie de vitrine de políticas públicas e da governança. De fato, “O cabedal de meios à disposição dos governadores, atrai as elites locais e estaduais interessadas em acessar esses recursos e em projetar seus representantes para cargos eletivos de igual ou maior relevância (ROCHA, SANTANA & PARAVIZO, 2023, p. 145). Nesse sentido, o caso de Rondônia não foge à regra.

Na disputa presidencial de 2022, em ambos os turnos, mais uma vez, Jair Bolsonaro (PL) sagrou-se vitorioso em todos os 52 municípios. No primeiro turno, Bolsonaro alcançou um desempenho ainda melhor do que aquele de quatro anos antes, obtendo 64,36% dos votos, contra 28,98% de Lula (PT). Simone Tebet (MDB) ficou com 3,46% e Ciro Gomes (PDT) com 2,14%. Os demais candidatos alcançaram menos de 1% cada. No segundo turno, Bolsonaro obteve 70,66% dos votos, agora um pouco menos do que o obtido em 2018, contra 29,34% de Lula.

A disputa rondoniense de 2022 ao Senado também foi dominada por apoiadores de Jair Bolsonaro. Após liderar as pesquisas eleitorais durante toda a campanha, a ex-deputada federal Mariana Carvalho (Republicanos) alcançou 32,08% dos votos, mas acabou derrotada por Jaime Bagattoli (PL), que conquistou 35,81% dos escrutínios. Milionário

do agronegócio, ultrarradical de direita, com base política na região de Vilhena, no cone sul de Rondônia, onde Bolsonaro obteve suas maiores votações no estado. A terceira posição ficou com a deputada federal Jaqueline Cassol (PP), com 12,69%, seguida pelos ex-senadores Expedito Jr., com 10,24%, agora filiado ao PSD, e Acir Gurgacz (PDT), com 7,72%. Os demais candidatos alcançaram menos de 1% dos votos.

Na disputa para a Câmara dos Deputados, o domínio conservador foi acompanhado de uma drástica redução no número de partidos da bancada rondoniense na casa. Resultado, sobretudo, do impacto das novas regras eleitorais, especificamente, o fim das coligações proporcionais e a cláusula de barreira, agora denominada cláusula de desempenho. Apenas o União Brasil, com cinco cadeiras, e o PL, com três, alcançaram assentos. Assim, o NEP parlamentar da bancada rondoniense na Câmara dos Deputados foi de 2 partidos. Na eleição para a ALE-RO, ao todo, 12 partidos alcançaram assentos, com o NEP parlamentar em torno de 9 legendas, uma redução bastante significativa em relação à legislatura eleita em 2018, quando o número foi superior a 13 partidos efetivos na casa de leis rondoniense. Entretanto, os partidos de centro-esquerda alcançaram menos de 10% das cadeiras, o que comprovaria a fraqueza da oposição no estado (VIANA, VASCONCELLOS, CURI & MARTINI, 2022d).

#### **4. A votação de Bolsonaro em 2018 e 2022 nos municípios de Rondônia, por seção eleitoral**

A jovem ciência política brasileira ainda tem muitos temas inexplorados. Um dos conjuntos de dados mais subestimados são as informações sobre os votos por seção eleitoral no Brasil. No Brasil, a seção eleitoral é a menor unidade de análise (equivalente ao *precinct*, na literatura americana), onde podemos explorar a manifestação individualizada do cidadão. O Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) define sobre as seções eleitorais:

Art. 117. As seções eleitorais, organizadas à medida em que forem sendo deferidos os pedidos de inscrição, não terão mais de 400 (quatrocentos) eleitores nas capitais e de 300 (trezentos) nas demais localidades, nem menos de 50 (cinquenta) eleitores.

Basicamente, portanto, temos a divisão das unidades eleitorais no Brasil em: i) seções eleitorais (variando de 50 a 400 eleitores em cada), ii) locais de votação, iii) zonas eleitorais (quando aplicável)<sup>9</sup>, e iv) município.

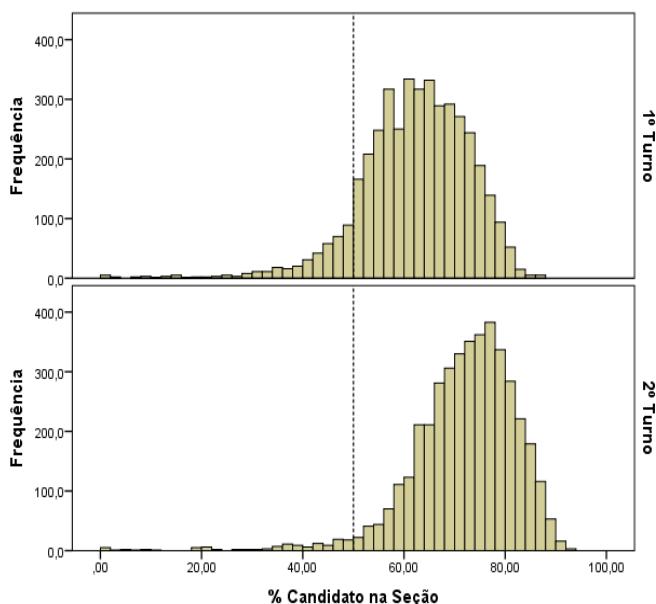
8 Pesquisa IPEC, divulgada em 19 de outubro de 2022. Para mais detalhes, consultar: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2022/noticia/2022/10/19/ipec-marcos-rocha-e-marcos-rogerio-estao-empatados-com-45percent-no-2o-turno.ghtml>

9 A subdivisão de zona possui em série de critérios, essencialmente baseado na densidade demográfica, e ocorre geralmente em capitais

A literatura brasileira sobre eleições em geral utiliza o município como unidade de análise. Não há problema nisso, já que essa unidade fornece alguma precisão sobre o comportamento do voto, ao mesmo tempo que possui um bom custo-benefício na operacionalização dos dados. Em fato, o problema de utilizar a seção como unidade de análise é o aumento exponencial na construção e processamento dos bancos de dados. Aqui, iremos analisar a votação de Jair Bolsonaro a presidente por seção eleitoral, em todos os 52 municípios rondonienses, em 2018 e 2022, em ambos os turnos.

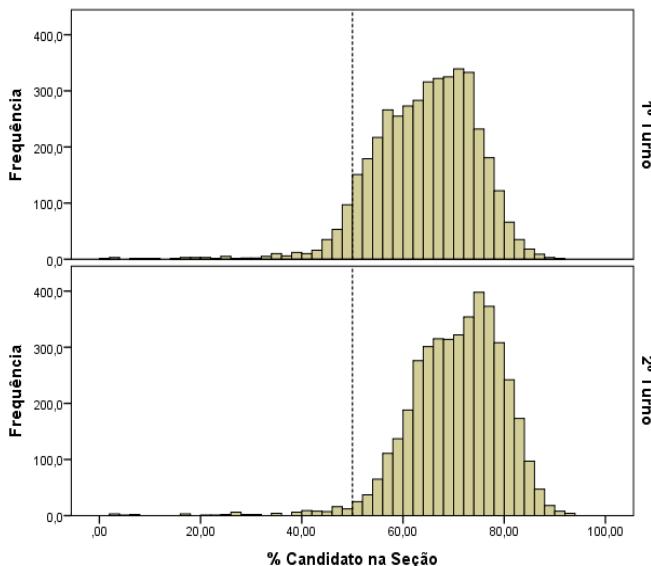
Para iniciar a discussão dos resultados, podemos verificar nos gráficos 1 e 2 o histograma da porcentagem de votos válidos obtido pelo candidato Jair Bolsonaro.

**Gráfico 1 – Histograma da votação de Jair Bolsonaro em 2018, por seção**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do TSE

**Gráfico 2 – Histograma da votação de Jair Bolsonaro em 2022, por seção**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do TSE

Visualmente, já podemos verificar que Bolsonaro teve mais de 50% dos votos válidos em praticamente todas as seções do estado, mas que também essa vitória não foi unânime. Contudo, há um porém no que concerne ao primeiro turno, já que o candidato pode ter ficado em primeiro lugar no turno, mas abaixo dos 50% (em virtude da dispersão de votos por outros candidatos). Para saber se esse foi o caso, a tabela a seguir mostra os resultados, por seção, da posição que o candidato obteve entre os candidatos que obtiveram votos, independentemente da porcentagem.

**Tabela 1 – Posição do candidato Jair Bolsonaro, em cada turno, por seção em**

Rondônia (2018 e 2022)					
Po- si- ção	2018		2022		
	1º Tur- no	2º Tur- no	1º Tur- no	2º Tur- no	Turno
1º	N	4044	4055	4085	4113
	%	96,7%	97,0%	97,3%	98,0%
2º	N	126	125	112	85
	%	3,0%	3,0%	2,7%	2,0%
3º	N	5	0	1	0
	%	0,12%	0,00%	,02%	,00%
4º	N	2	0	0	0
	%	0,05%	0,00%	0,0%	,00%
5º	N	1	0	0	0
	%	0,02%	0,00%	0,0%	,00%

ou municípios com mais de 100 mil eleitores (Resolução TSE nº 23.422/2014).

Não Vo- t a - do	N %	3 0,07%	1 0,02%	0 0,0%	0 ,00%
To - tal	N %	4181 100,0%	4181 100,0%	4198 4198	

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do TSE

Com esses dados podemos ter afirmações mais claras. Bolsonaro venceu em quase todas as urnas do estado. Seu pior desempenho, no primeiro turno de 2018, lhe deu a vitória em 96,7% das seções. Nas rodadas seguintes, aumentou constantemente seu desempenho. Por outro lado, a derrota foi menos frequente com o passar do tempo. Somando os valores de todas as posições, Bolsonaro foi derrotado em 137 seções no primeiro turno de 2018, em 126 no segundo turno de 2018, em 113 no primeiro turno de 2022 e somente em 85 no segundo turno de 2022. Considerando que o total de seções é mais de 4 mil em ambos os anos, esses patamares impressionam pela quase absoluta dominância do candidato.

A seguir, podemos perguntar de onde vieram esses redutos em que Bolsonaro foi derrotado. A tabela 2 mostra o número de seções, por município, em que Bolsonaro sofreu alguma derrota. O gráfico procura ilustrar isso, em forma percentual das seções, em cada município em que houve derrota. Só aparecem nos dados os municípios em que Bolsonaro foi derrotado, em algum turno, seja em 2018 ou 2022. Isto é, dos 52 municípios do estado, em apenas 31 deles foi registrada derrota em algum turno, sendo que nos outros em 21 municípios Bolsonaro venceu em todas as seções, nos quatro turnos possíveis.

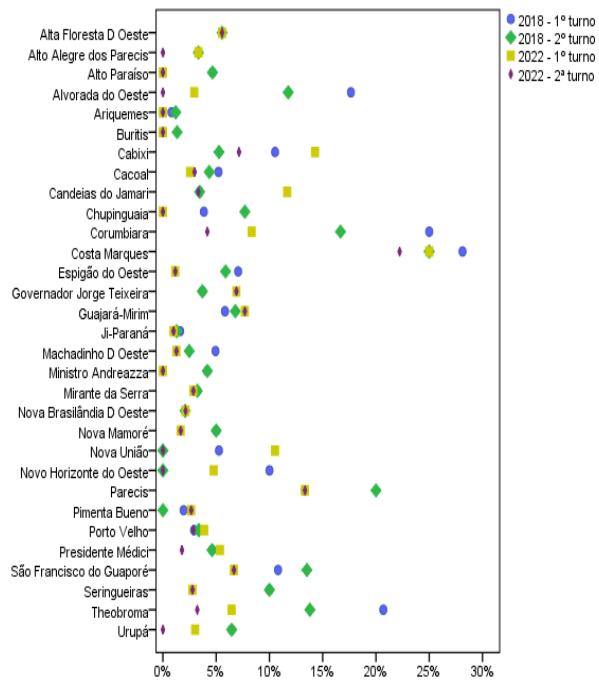
**Tabela 2 – Seções eleitorais em que Bolsonaro foi derrotado, por município**

Município	N de seções derrotado - 2018 - 1ºT	Em %	N de seções derrotado - 2018 - 2ºT	Em %	N de seções derrotado - 2022 - 1ºT	Em %	N de seções derrotado -	Em %
Alta Floresta D Oeste	4	5,6	4	5,6	4	5,6	4	5,6
Alto Alegre dos Parecis	1	3,3	1	3,3	1	3,3	0	0
Alto Paraíso	2	4,7	2	4,7	0	0	0	0
Alvorada do Oeste	6	17,6	4	11,8	1	2,9	0	0
Ariquemes	2	0,8	3	1,2	0	0	0	0
Buritis	0	0	1	1,3	0	0	0	0
Cabixi	2	10,5	1	5,3	2	14,3	1	7,1
Cacoal	12	5,2	10	4,3	6	2,6	7	3,0
Can-deias do Jamari	2	3,4	2	3,4	7	11,7	2	3,3
Chupinguaia	1	3,8	2	7,7	0	0	0	0
Corumbiara	6	25,0	4	16,7	2	8,3	1	4,2
Costa Marques	9	28,1	8	25,0	9	25,0	8	22,2

Espi-gão do Oeste	6	7,1	5	5,9	1	1,2	1	1,2
Governador Jorge Teixeira	1	3,7	1	3,7	2	6,9	2	6,9
Guajará-Mirim	6	5,8	7	6,8	8	7,7	8	7,7
Ji-Paraná	5	1,6	4	1,3	3	1,0	3	1,0
Machadinho D Oeste	4	4,9	2	2,5	1	1,3	1	1,3
Ministro Andreazza	1	4,2	1	4,2	0	0	0	0
Miran-te da Serra	1	3,2	1	3,2	1	2,9	1	2,9
Nova Brasi-lândia D Oeste	1	2,1	1	2,1	1	2,1	1	2,1
Nova Mamoré	3	5,0	3	5,0	1	1,7	1	1,7
Nova União	1	5,3	0	0,0	2	10,5	0	0
Novo Hori-zonte do Oeste	3	10,0	0	0	1	4,8	0	0
Parecis	2	13,3	3	20,0	2	13,3	2	13,3
Pimenta Bueno	2	1,9	0	0	3	2,7	3	2,7
Porto Velho	33	2,9	38	3,4	45	3,9	33	2,8
Presi-dente Médici	3	4,6	3	4,6	3	5,4	1	1,8
São Francisco do Guapo-ré	4	10,8	5	13,5	3	6,7	3	6,7
Serin-gueiras	3	10,0	3	10,0	1	2,8	1	2,8
	6	20,7	4	13,8	2	6,5	1	3,2
Urupá	2	6,5	2	6,5	1	3,0	0	0

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do TSE

### Gráfico 3 – Percentual de seções eleitorais em que Bolsonaro foi derrotado, por município



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do TSE

Os dados mostram alguns padrões interessantes. Primeiro, destes 31 municípios que apresentam alguma derrota em alguma seção eleitoral, apenas 20 municípios são consistentes, com quatro derrotas nos quatro turnos analisados. Os outros 11 apresentam apenas três, duas ou uma derrota, registrando nos outros turnos vitória em todas as seções eleitorais da cidade.

Poucos (apenas outros 11 municípios, considerando pelo menos um turno) ultrapassam a marca acima de 10% de suas seções eleitorais registrando derrota do candidato. Se exigirmos pelo menos 10% nos quatro turnos analisados, apenas Costa Marques e Parecis atingem essa meta. Em geral, os municípios de Costa Marques, Parecis, Corumbiara e Theobroma são os que registram maior percentual de seções com derrota de Bolsonaro. Contudo, vale notar que nestes dois últimos, a resistência, que era bem mais alta em 2018, se amenizou consideravelmente nos turnos de 2022.

Essas derrotas específicas do bolsonarismo em um número maior de seções eleitorais nestes municípios, quando comparado com o restante das cidades do estado, podem ser contextualizadas em função de aspectos demográficos e características sociais destas localidades. Por exemplo, Costa Marques tem uma população considerável de indígenas e a maior comunidade quilombola de Rondônia, enquanto a região de Corumbiara possui uma história

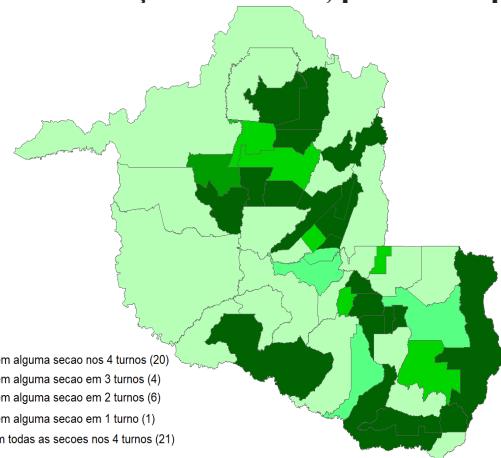
<sup>10</sup> O caso do município de Teixeirópolis chama a atenção. A cidade, que possui pouco mais de 4 mil habitantes, é uma homenagem à figura do Cel. Jorge Teixeira, governante militar, último mandatário do antigo território federal e o primeiro do estado, uma espécie de *founder father* rondoniense. Na eleição de 2020, o então prefeito Antônio Zottesso (PT), único prefeito eleito pelo PT em Rondônia naquele ano, vencia o executivo municipal pela quarta vez. Durante as eleições presidenciais de 2018 e 2022, mesmo com "Tonin" Zottesso à frente do município e o PT

de lutas pela reforma agrária, inclusive, sendo palco de um trágico massacre no ano de 1995, que vitimou mais de uma dezena de pessoas, entre trabalhadores sem-terra e policiais militares.

Importante mencionar que o bolsonarismo radical consiste numa minoria entre os eleitores de Jair Bolsonaro (FERES JR., 2023). Não obstante, no presente trabalho, quando afirmamos que Rondônia se trata atualmente de um caso notório da emergência de uma direita radicalizada, estamos nos referindo ao fato de que ocorre hoje no estado um processo de crescimento do bolsonarismo, aliado praticamente à inexistência de uma oposição política minimamente forte, do ponto de vista eleitoral e parlamentar.

A seguir, a figura 1 apresenta um mapa para ilustrar os municípios em que Bolsonaro venceu ou obteve alguma derrota, por seção eleitoral, nos quatro turnos analisados.

**Figura 1 – Mapa de vitórias e derrotas de Bolsonaro em seções eleitorais, por município**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados do TSE

Vale ressaltar, para que o mapa não seja mal interpretado, que a derrota indicada não é no município, mas sim e tão somente em alguma urna (seção) do município. Em fato, chama a atenção os 21 municípios (no mapa, em verde escuro) em que o candidato obteve o feito de vencer em cada uma das seções em todos os quatro turnos disputados. Bolsonaro (PL) venceu em todas as seções eleitorais nos quatro turnos de ambas eleições nos seguintes municípios: Cacaúlândia, Campo Novo de Rondônia, Castanheiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Cujubim, Itapuã do Oeste, Jaru, Monte Negro, Ouro Preto do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Primavera de Rondônia, Rio Crespo, Rolim De Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Teixeirópolis<sup>10</sup>, Vale do Anari, Vale do Paraíso e Vilhena.

## 5. Considerações finais

Nesse estudo, buscamos contextualizar a guinada à direita que o Brasil, em geral, e o estado de Rondônia, em específico, passou nos últimos anos. Após a contextualização histórica, mobilizamos dados para evidenciar a força do bolsonarismo no estado. O ex-presidente venceu nas duas eleições em todos os municípios do estado. Não só isso. Ele venceu em praticamente todas as urnas eleitorais. Podemos considerar que este é um feito raro, pois mesmo em lugares onde há dado predomínio ideológico ou partidário, sempre há bolsões de resistência. Por exemplo, seja na região sul, que também há grande força do bolsonarismo, seja no Nordeste, onde há grande força do PT, é raro uma dominância tão consistente, no nível seção eleitoral de todo um estado, quanto a demonstrada pelos eleitores de Rondônia.

A relevância da pesquisa, portanto, reside em dois pontos. Primeiro, ilumina a importância de uma agenda de pesquisa de estudos eleitorais regionais, já que os padrões aqui detectados diferem razoavelmente das tendências nacionais. Segundo, fornece dados empíricos ao analisar a força da direita em Rondônia, que representa hoje, seguramente, o centro do bolsonarismo no Brasil. Ademais, buscou-se compreender, também, em que medida é possível falar em resistência à direita bolsonarista no estado. Para tanto, a análise trouxe achados interessantes. Por exemplo, o fato de que na imensa maioria dos municípios situados na região do Cone Sul, Bolsonaro sagrou-se vitorioso em todas as urnas nos quatro turnos das eleições de 2018 e 2022. Trata-se de uma região com forte migração sulista, eleitorado evangélico numeroso e predominância da economia baseada no agronegócio, em especial, no cultivo da soja.

Como explicitado anteriormente, na mesma região do cone sul também reside uma das maiores resistências ao bolsonarismo rondoniense. Mais precisamente em Corumbiara, município com uma longa trajetória de lutas pela reforma agrária. No Vale do Guaporé, a cidade de Costa Marques se insere como outro caso interessante. Foi lá que o campo progressista obteve seu melhor desempenho por seção eleitoral em ambas as eleições, justamente numa localidade com forte presença indígena e a maior comunidade quilombola do estado.

Outro importante achado, e algo contraintuitivo (frente aos resultados no resto do país, em que o então presidente teve suas margens de vitória

reduzidas), é o avanço temporal do domínio bolsonarista – tratando nesta perspectiva a partir das vitórias nas seções eleitorais. Embora o cenário de votos nominais seja relativamente estável entre os dois anos (Bolsonaro avançou 2 pontos percentuais no primeiro turno, de 62,2% para 64,3%, entre 2018 e 2022, e recuou 1,5% no segundo turno, de 72,2% para 70,7%, no mesmo recorte), percebemos que a vitória em número de seções progrediu. Em um contexto em que nacionalmente o candidato do PL teve um desempenho pior em 2022 do que em 2018, esses dados permitem afirmar que em Rondônia aconteceu o oposto, com Bolsonaro (PL) obtendo desempenho eleitoral melhor na disputa à reeleição – mesmo nos municípios que apresentaram parcial resistência a ele. Ou seja, a linha de tendência aponta uma consolidação ou mesmo aumento de adesão ao pensamento conservador no estado.

Importante ressaltar que, assim como ocorrido em outros estados do país, em Rondônia o resultado da eleição presidencial também desencadeou uma série de protestos e mobilizações. Durante cerca de duas semanas, manifestantes bloquearam vários trechos da BR-364, impedindo o fluxo de veículos na rodovia que liga a unidade federada ao restante do país. Ao longo de vários dias após o segundo turno, as manifestações contrárias à vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) continuaram no estado. Em Porto Velho, militantes bolsonaristas, ainda que minoritários, permaneceram reunidos no campo de futebol do quartel da 17ª Brigada de Infantaria e Selva, no centro da capital. Nas maiores cidades do interior, diversas concentrações de manifestantes bolsonaristas que não aceitavam o resultado eleitoral perduraram durante semanas, inclusive, com muitos militantes radicais de direita clamando por intervenção militar.

De fato, as eleições de 2022 em Rondônia foram acompanhadas por um notório recrudescimento da radicalização política, principalmente, após o resultado da disputa presidencial não espelhar o quadro estadual de amplo domínio de uma direita que se tornou majoritária em todos os níveis da competição política. Na atualidade, o que se observa em Rondônia é um completo esfacelamento do campo progressista, com a quase inexistência de uma oposição parlamentar na Assembleia Legislativa, e em diversas câmaras de vereadores, como é o caso da capital Porto Velho.

Curiosamente, foi durante os dois primeiros governos Lula, entre 2003 e 2010, que a centro-es-

possuindo a maior bancada na Câmara Municipal de Teixeirópolis, Bolsonaro sagrou-se vitorioso em todas as seções eleitorais dos quatro turnos em disputa. Isso pode ser considerado um bom exemplo da dissociação entre o pleito municipal e o presidencial, já que os mesmos eleitores realizam escolhas conflitantes entre Prefeito e Presidente da República.

querda, liderada pelo PT, alcançou seus melhores resultados eleitorais em Rondônia, com expressiva representação em âmbito federal, estadual e municipal. Resta saber, diante de uma outra realidade nacional, até onde o terceiro mandato do presidente Lula poderá contribuir para a emergência de um processo de moderação política que, há tempos, não se vê no estado.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, vol. 31, nº 1, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidencialismo de coalizão em transe e crise democrática no Brasil. **Revista Euro Latinoamericana de Análisis Social y Político**. Ano 2, n. 3, 2020.

AMARAL, Oswaldo Estanislau do. The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**. Vol. 14, 2020.

ALMEIDA, Alberto Carlos; GARRIDO, Tiago. **A mão e a luva**: o que elege um presidente. Record: São Paulo, 2022.

BISSIATI, Edson Lugatti Silva. Religião e política no Brasil: o populismo religioso de direita em Jair Bolsonaro. **Revista NEIBA – Cadernos Argentina-Brasil**. Vol. 11, 2022.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 25, Curitiba, 2005.

COUTO, Cláudio Gonçalves. O Brasil de Bolsonaro: uma democracia sob estresse. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. Vol. 28, 2023.

FERES JR., João. O futuro do bolsonarismo. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (Orgs.). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.

GUARNIERI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Modelos de competição política e as eleições de 2022. **Cadernos Adenauer**. Ano XXIII, vol 4, 2022.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. (Orgs.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

LAVAREDA, Antonio; FERNANDES, Antônio. Um ciclo de eleições críticas: 2018 começou em 2016. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. (Orgs.). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Zahar, 2020.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas; A eleição que calcificou o país. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (Orgs.). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.

REVISTA VEJA. **O João Dória de Porto Velho**. Outubro de 2016. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/o-joao-doria-de-porto-velho>. Acesso em 23 de abril de 2024.

ROCHA, Marta Mendes; SANTANA, Luciana; PARRIZO, Gustavo. As eleições para os governos estaduais: mudanças, continuidades e perspectivas para o futuro. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (Orgs.). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.

SANTOS, Fabiano; REY, Beatriz. O problema da governabilidade em Lula III. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel Callai. (Orgs.). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.

SCHAEFER, Bruno Marques. Eleições de 2022 nos estados brasileiros: desafios aos novos governadores. **Cadernos Adenauer**. Ano XXIII, vol 4, 2022.

TELLES, Helcimara; MUNDIM, Pedro Santos; BAPTISTA, Érica Anita. Não quero ser político, quero ser prefeito: navegando nas ondas da antipolítica e do antipetismo em Belo Horizonte. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. (Orgs.). **Eleições municipais: novas ondas na política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

WALDMANN JR., Ludolf; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; CARVALHO JR., Araré. A politização da caserna e o retorno dos militares ao governo durante a presidência de Bolsonaro (2019-2022): um ensaio crítico. In: DANTAS, Humberto; FERNANDEZ, Michelle; TESTA, Graziella. (Orgs.). **Gover-**

**nabilidade:** instituições, atores e estratégias. Vol. 2. Fundação Konrad Adenauer: Rio de Janeiro, 2023.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; CARLOMAGNO, Márcio Cunha; CARVALHO, Valter Rodrigues de. Impasses da democracia brasileira: Presidencialismo de coalizão, impeachment e crise institucional. In: MONTEIRO, Lorena Madruga; SANTANA, Luciana. (Orgs.). **Temerosas transações:** ensaios sobre o golpe recente no Brasil. 1ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017.

VIANA; João Paulo Saraiva Leão. Sistema Partidário Subnacional e Competição Eleitoral: o caso de Rondônia (1982-2014). **Tese de doutorado.** IFCH/UNICAMP, 2019.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. A dinâmica institucional do subsistema partidário rondoniense: conjugando racionalidade política contextual à nacional (1998-2018). In: PAIVA, Denise; PIETRAFESA, Pedro. (Orgs.). **Sistemas Partidários, Partidos e Eleições (1998-2018):** tendências e dinâmicas na federação brasileira. Goiânia: Editora PUC-GO, 2022.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; VASCONCELOS, Patrícia; CURI, Melissa; MARTINI, Jamila. A competição eleitoral em Rondônia: da influência conservadora da formação autoritária à extrema direita bolsonarista. **Boletim LEGAL.** 06 de Abril de 2022a. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/a-competicao-eleitoral-em-rondonia-da-influencia-conservadora-da-formacao-autoritaria-a-extrema-direita-bolsonarista/>. Acesso em 14 de abril 2024.

\_\_\_\_\_. Partidos e eleições: volatilidade eleitoral e fragmentação partidária em Rondônia (2002-2018). **Boletim LEGAL.** 07 de Julho de 2022b. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/partidos-e-eleicoes-volatilidade-eleitoral-e-fragmentacao-partidaria-em-rondonia-2002-2018/> . Acesso em 21 de abril 2024.

\_\_\_\_\_. As eleições de 2022 para a ALE-RO: representação política, novas regras e radicalização à direita. **Boletim LEGAL.** 07 de outubro de 2022c. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/as-eleicoes-de-2022-para-a-ale-ro-representacao-politica-novas-regras-e-radicalizacao-a-direita/>. Acesso em 22 de abril 2024.

das eleições de 2022 em Rondônia: a disputa no centro do bolsonarismo. **Boletim LEGAL.** 15 de novembro de 2022d. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/o-segundo-turno-das-eleicoes-de-2022-em-rondonia-a-disputa-no-centro-do-bolsonarismo/>. Acesso em 14 de abril 2024.

\_\_\_\_\_. O segundo turno